

# EDITAL VERTICALIZADO

**TJ-PA -  
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR**



**A CASA DO  
SIMULADO**

# CONCURSO DE TJ-PA

## CARGO: OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR

### INFORMAÇÕES GERAIS

---

**DATA DE REALIZAÇÃO DE CERTAME:** 19/01/2019 (MANHÃ).

**BANCA:** CEBRASPE.

**DURAÇÃO:** 5 horas.

**FASES DO CONCURSO:**

1. Provas objetivas de Conhecimentos Gerais de caráter eliminatório e classificatório;
2. Provas objetivas de Conhecimentos Específicos de caráter eliminatório e classificatório;
3. Prova discursiva de caráter habilitatório e classificatório;
4. Avaliação de títulos de caráter classificatório.

### PROVA OBJETIVA

---

**NÚMERO DE QUESTÕES:** 70 - Estilo de múltipla escolha.

- 30 questões de Conhecimentos Gerais;
- 40 questões de Conhecimentos Específicos.

**PONTUAÇÃO:** 70 pontos.

### PROVA DISCURSIVA

---

*A Prova Discursiva consistirá da redação de texto dissertativo a respeito de temas da atualidade.*

*A prova discursiva avaliará o conteúdo (conhecimento do tema) a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa. O candidato deverá produzir, conforme o comando formulado pela banca examinadora, texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão.*

**PONTUAÇÃO:** 30 pontos.

#### LIMITES DE LINHAS

- **MÍNIMO:** 20 linhas;
- **MÁXIMO:** 30 linhas.

## CRITÉRIO DE CORREÇÃO

*A prova discursiva de cada candidato será submetida a duas avaliações: uma avaliação de conteúdo e uma avaliação do domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.*

*A prova discursiva será corrigida conforme os critérios a seguir.*

- a)** a apresentação e a estrutura textuais e o desenvolvimento do tema totalizarão a nota relativa ao domínio do conteúdo (*NC*), cuja pontuação máxima será limitada ao valor de **30,00 pontos**;
  - b)** a avaliação do domínio da modalidade escrita totalizará o número de erros (*NE*) do candidato, considerando-se aspectos de natureza gramatical, tais como: grafia, morfossintaxe e propriedade vocabular;
  - c)** será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar o número máximo de linhas estabelecido no subitem 10.1 do edital;
  - d)** será calculada, então, para cada candidato, a nota na prova discursiva (*NPD*), pela fórmula  $NPD = NC - NE \div TL$ , em que *TL* corresponde ao número de linhas efetivamente escritas pelo candidato;
  - e)** se  $NPD < 0$ , então se considerará  $NPD = 0$ .
- Será apenado o texto dissertativo que desobedecer à extensão mínima de linhas, deduzindo-se, da pontuação atribuída, 0,25 ponto de cada linha que faltar para atingir o mínimo exigido.
  - Nos casos de fuga ao tema, ou de não haver texto, o candidato receberá nota na prova discursiva igual a zero.
  - Será reprovado na prova discursiva o candidato que obtiver ***NPD* < 15,00 pontos**.

# LÍNGUA PORTUGUESA

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.					
2 Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.					
3 Domínio da ortografia oficial.					
4 Domínio dos mecanismos de coesão textual.					
4.1 Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.					
4.2 Emprego de tempos e modos verbais.					
5 Domínio da estrutura morfossintática do período.					
5.1 Emprego das classes de palavras.					
5.2 Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração.					
5.3 Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.					
5.4 Emprego dos sinais de pontuação.					
5.5 Concordância verbal e nominal.					
5.6 Regência verbal e nominal.					
5.7 Emprego do sinal indicativo de crase.					
5.8 Colocação dos pronomes átonos.					
6 Reescrita de frases e parágrafos do texto.					
6.1 Significação das palavras.					
6.2 Substituição de palavras ou de trechos de texto.					
6.3 Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.					
6.4 Reescrita de texto de diferentes gêneros e níveis de formalidade.					

## ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Ética e moral.					
2 Ética, princípios e valores.					
3 Ética e democracia: exercício da cidadania.					
4 Ética e função pública.					
5 Ética no setor público.					
6 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.					
6.1 Disposições gerais.					
6.2 Atos de improbidade administrativa.					
7 Lei nº 12.846/2013 e suas alterações.					
8 Lei nº 16.309/2018.					
9 Resolução TJPA nº 14/2016 (Código de Ética do Tribunal de Justiça do Pará).					

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E PODER JUDICIÁRIO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Comportamento organizacional.</b>					
<b>1.1 Teorias da motivação.</b>					
<b>1.2 Motivação e recompensas intrínsecas e extrínsecas.</b>					
<b>1.3 Motivação e contrato psicológico.</b>					
<b>1.4 Percepção, atitudes e diferenças individuais.</b>					
<b>1.5 Comunicação interpessoal.</b>					
<b>1.6 Barreiras à comunicação.</b>					
<b>1.7 Comunicação formal e informal na organização.</b>					
<b>1.8 Comportamento grupal e intergrupar.</b>					
<b>1.9 Processo de desenvolvimento de grupos.</b>					
<b>1.10 Administração de conflitos.</b>					
<b>1.11 Liderança e poder.</b>					
<b>1.12 Teorias da liderança.</b>					
<b>1.13 Gestão de equipes.</b>					
<b>1.14 Gestão participativa.</b>					
<b>1.15 Desempenho e suporte organizacional.</b>					
<b>1.16 Desenvolvimento organizacional.</b>					
<b>1.17 Qualidade de vida no trabalho.</b>					
<b>1.18 Clima organizacional.</b>					
<b>1.19 Cultura organizacional.</b>					
<b>1.20 Modelos de gestão de pessoas.</b>					
<b>2 Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público.</b>					
<b>2.1 Processos participativos de gestão pública.</b>					
<b>2.2 Conselhos de gestão, orçamento participativo, parceria entre governo e sociedade.</b>					
<b>3 Transparência da administração pública.</b>					

<b>3.1 Controle social e cidadania.</b>					
<b>3.2 Accountability.</b>					
<b>4 Excelência nos serviços públicos.</b>					
<b>4.1 Gestão por resultados na produção de serviços públicos.</b>					
<b>5 Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais.</b>					
<b>6 Governabilidade e governança.</b>					
<b>6.1 Intermediação de interesses (clientelismo, corporativismo e neocorporativismo).</b>					
<b>7 O ciclo do planejamento em organizações (PDCA).</b>					
<b>8 Balanced Scorecard (BSC).</b>					
<b>8.1 Principais conceitos, aplicações, mapa estratégico, perspectivas, temas estratégicos, objetivos estratégicos, relações de causa e efeito, indicadores, metas, iniciativas estratégicas.</b>					
<b>9 Referencial estratégico das organizações.</b>					
<b>9.1 Análise de ambiente interno e externo.</b>					
<b>9.2 Ferramentas de análise de ambiente.</b>					
<b>9.2.1 Análise swot, análise de cenários, matriz GUT.</b>					
<b>9.3 Negócio, missão, visão de futuro, valores.</b>					
<b>10 Indicadores de desempenho.</b>					
<b>10.1 Tipos de indicadores.</b>					
<b>10.2 Variáveis componentes dos indicadores.</b>					
<b>11 Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período de 2 de 2015 a 2020, estabelecida pela Resolução CNJ nº 198/2014.</b>					
<b>11.1. Missão, visão e valores do Poder Judiciário.</b>					
<b>11.2 Os macrodesafios do Poder Judiciário aplicáveis a Justiça Estadual.</b>					
<b>11.3 Metas nacionais.</b>					
<b>11.3.1 Definição e correlação com os macrodesafios do Poder Judiciário.</b>					
<b>12 Planejamento estratégico do Poder Judiciário do Estado do Pará para o período de 2015 a 2020, revisada pela Resolução TJPB nº 25/2018.</b>					
<b>12.1 Missão, visão, valores e macrodesafios do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.</b>					

<b>13 Índice de Eficiência Judiciária do Poder Judiciário do Estado do Pará previsto na Portaria nº 2005/2019.</b>					
<b>13.1 Definição, objetivo e indicadores.</b>					



## LEGISLAÇÃO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.</b>					
<b>1.1 Título I (Capítulo I, II e III), Título II (Capítulo I, III, IV, V e VI) e Título VI (Capítulo I, II e III). Lei nº 5.810/1994 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos servidores públicos do Estado do Pará). Lei nº 6.969/2007 e suas alterações (Plano de Cargos, Carreiras e Remunerações).</b>					

## ATUALIDADES (SOMENTE PARA A PROVA DISCURSIVA)

TÓPICOS	LEITURA	ORGANIZAÇÃO DAS IDEIAS	RASCUNHO	FOLHA DEFINITIVA	REVISÃO
1 Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia, suas inter-relações e suas vinculações históricas.					

## DIREITO ADMINISTRATIVO

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Estado, governo e administração pública.</b>					
<b>1.1 Conceitos.</b>					
<b>2 Direito administrativo.</b>					
<b>2.1 Conceito.</b>					
<b>2.2 Objeto.</b>					
<b>2.3 Fontes.</b>					
<b>3 Ato administrativo.</b>					
<b>3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies.</b>					
<b>3.2 Extinção do ato administrativo.</b>					
<b>3.2.1 Cassação, anulação, revogação e convalidação.</b>					
<b>3.3 Decadência administrativa.</b>					
<b>4 Agentes públicos.</b>					
<b>4.1 Conceito.</b>					
<b>4.2 Espécies.</b>					
<b>4.3 Cargo, emprego e função pública.</b>					
<b>4.3.1 Provimento.</b>					
<b>4.3.2 Vacância.</b>					
<b>4.3.3 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade.</b>					
<b>4.4 Remuneração.</b>					
<b>4.5 Direitos e deveres.</b>					
<b>4.6 Responsabilidade.</b>					
<b>4.7 Processo administrativo disciplinar.</b>					
<b>4.8 Lei nº 5.810/1994 e suas alterações (Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará).</b>					
<b>4.9 Disposições constitucionais aplicáveis.</b>					

<b>5 Poderes da administração pública.</b>					
<b>5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.</b>					
<b>5.2 Uso e abuso de poder.</b>					
<b>6 Regime jurídico-administrativo.</b>					
<b>6.1 Conceito.</b>					
<b>6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.</b>					
<b>7 Responsabilidade civil do Estado.</b>					
<b>7.1 Evolução histórica.</b>					
<b>7.2 Responsabilidade por ato comissivo do Estado.</b>					
<b>7.3 Responsabilidade por omissão do Estado.</b>					
<b>7.4 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado.</b>					
<b>7.5 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado.</b>					
<b>7.6 Reparação do dano.</b>					
<b>7.7 Direito de regresso.</b>					
<b>8 Serviços públicos.</b>					
<b>8.1 Conceito.</b>					
<b>8.2 Elementos constitutivos.</b>					
<b>8.3 Formas de prestação e meios de execução.</b>					
<b>8.4 Delegação.</b>					
<b>8.4.1 Concessão, permissão e autorização.</b>					
<b>8.5 Classificação.</b>					
<b>8.6 Princípios.</b>					
<b>9 Organização administrativa.</b>					
<b>9.1 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.</b>					
<b>9.2 Entidades paraestatais e terceiro setor.</b>					
<b>9.2.1 Serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.</b>					
<b>10 Controle da administração pública.</b>					

<b>10.1 Controle exercido pela administração pública.</b>					
<b>10.2 Controle judicial.</b>					
<b>10.3 Controle legislativo.</b>					
<b>10.4 Lei nº 8.429/1992 e suas alterações (improbidade administrativa).</b>					
<b>11 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações (processo administrativo).</b>					
<b>12 Licitações e contratos administrativos.</b>					
<b>12.1 Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.</b>					
<b>12.2 Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão.</b>					
<b>12.3 Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações (sistema de registro de preços).</b>					
<b>12.4 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). Decreto nº 6.170/2007 e suas alterações, Portaria Interministerial nº 424/2016 e suas alterações.</b>					
<b>12.5 Fundamentos constitucionais.</b>					
<b>13 Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.</b>					

# DIREITO CONSTITUCIONAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
<b>1 Aplicabilidade das normas constitucionais.</b>					
<b>1.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada.</b>					
<b>1.2 Normas programáticas.</b>					
<b>2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.</b>					
<b>2.1 Princípios fundamentais.</b>					
<b>2.2 Direitos e garantias fundamentais.</b>					
<b>2.3 Organização político-administrativa do Estado.</b>					
<b>2.3.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.</b>					
<b>2.4 Poder Executivo.</b>					
<b>2.4.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.</b>					
<b>2.5 Poder Legislativo.</b>					
<b>2.5.1 Estrutura.</b>					
<b>2.5.2 Funcionamento e atribuições.</b>					
<b>2.5.3 Processo legislativo.</b>					
<b>2.5.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.</b>					
<b>2.5.5 Comissões parlamentares de inquérito.</b>					
<b>2.6 Poder Judiciário.</b>					
<b>2.6.1 Disposições gerais.</b>					
<b>2.6.2 Órgãos do poder Judiciário.</b>					
<b>2.6.2.1 Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.</b>					
<b>2.7 Funções essenciais à justiça.</b>					

## DIREITO CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro.					
1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis.					
1.2 Conflito das leis no tempo.					
1.3 Eficácia das leis no espaço.					
2 Pessoas naturais.					
2.1 Conceito.					
2.2 Início da pessoa natural.					
2.3 Personalidade.					
2.4 Capacidade.					
2.5 Direitos da personalidade.					
2.6 Nome civil.					
2.7 Estado civil.					
2.8 Domicílio.					
2.9 Ausência.					
3 Pessoas jurídicas.					
3.1 Disposições Gerais.					
3.2 Conceito e Elementos Caracterizadores.					
3.3 Constituição.					
3.4 Extinção.					
3.5 Capacidade e direitos da personalidade.					
3.6 Sociedades de fato.					
3.7 Associações.					
3.8 Sociedades.					
3.9 Fundações.					
3.10 Grupos despersonalizados.					

<b>3.11 Desconsideração da personalidade jurídica.</b>					
<b>3.12 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.</b>					
<b>4 Bens.</b>					
<b>4.1 Diferentes classes.</b>					
<b>4.2 Bens Corpóreos e incorpóreos.</b>					
<b>4.3 Bens no comércio e fora do comércio.</b>					
<b>5 Fato jurídico.</b>					
<b>6 Negócio jurídico.</b>					
<b>6.1 Disposições gerais.</b>					
<b>6.2 Classificação e interpretação.</b>					
<b>6.3 Elementos.</b>					
<b>6.4 Representação.</b>					
<b>6.5 Condição, termo e encargo.</b>					
<b>6.6 Defeitos do negócio jurídico.</b>					
<b>6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico.</b>					
<b>6.8 Simulação.</b>					
<b>7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.</b>					
<b>8 Prescrição e decadência.</b>					
<b>9 Prova do fato jurídico.</b>					
<b>10 Contratos.</b>					
<b>10.1 Princípios.</b>					
<b>10.2 Classificação.</b>					
<b>10.3 Contratos em geral.</b>					
<b>10.4 Disposições gerais.</b>					
<b>10.5 Interpretação.</b>					
<b>10.6 Extinção.</b>					
<b>10.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.</b>					



## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil).					
2 Normas processuais civis.					
3 A jurisdição.					
4 A Ação.					
4.1 Conceito, natureza, elementos e características.					
4.2 Condições da ação.					
4.3 Classificação.					
5 Pressupostos processuais.					
6 Preclusão.					
7 Sujeitos do processo.					
7.1 Capacidade processual e postulatória.					
7.2 Deveres das partes e procuradores.					
7.3 Procuradores.					
7.4 Sucessão das partes e dos procuradores.					
7.5 Litisconsórcio.					
8 Intervenção de terceiros.					
9 Poderes, deveres e responsabilidade do juiz.					
10 Ministério Público.					
11 Advocacia Pública.					
12 Defensoria Pública.					
13 Atos processuais.					
13.1 Forma dos atos.					
13.2 Tempo e lugar.					
13.3 Prazos.					
13.4 Comunicação dos atos processuais.					

<b>13.5 Nulidades.</b>					
<b>13.6 Distribuição e registro.</b>					
<b>13.7 Valor da causa.</b>					
<b>14 Tutela provisória.</b>					
<b>14.1 Tutela de urgência.</b>					
<b>14.2 Disposições gerais.</b>					
<b>15 Formação, suspensão e extinção do processo.</b>					
<b>16 Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença.</b>					
<b>16.1 Procedimento comum.</b>					
<b>16.2 Disposições Gerais.</b>					
<b>16.3 Petição inicial.</b>					
<b>16.4 Improcedência liminar do pedido.</b>					
<b>16.5 Contestação, reconvenção e revelia.</b>					
<b>16.6 Providências preliminares e de saneamento.</b>					
<b>16.7 Julgamento conforme o estado do processo.</b>					
<b>16.8 Provas.</b>					
<b>16.9 Sentença e coisa julgada.</b>					
<b>16.10 Cumprimento da sentença.</b>					
<b>16.11 Disposições Gerais.</b>					
<b>16.12 Cumprimento.</b>					
<b>16.13 Liquidação.</b>					
<b>17 Processos de execução.</b>					
<b>18 Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.</b>					
<b>19 Disposições finais e transitórias.</b>					
<b>20 Mandado de segurança.</b>					
<b>21 Ação popular.</b>					
<b>22 Ação civil pública.</b>					
<b>23 Ação de improbidade administrativa.</b>					

<b>24 Teoria Geral dos Recursos. Recursos em espécie.</b>					
<b>25 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais).</b>					
<b>26 Lei nº 13.140/2015 (dispõe sobre mediação).</b>					
<b>27 Lei nº 8.328/2015 (dispõe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais).</b>					
<b>28 Súmulas do STF e do STJ.</b>					

## DIREITO PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Princípios aplicáveis ao Direito Penal.					
2 Aplicação da lei penal.					
2.1 A lei penal no tempo e no espaço.					
2.2 Tempo e lugar do crime.					
2.3 Interpretação da lei penal.					
2.4 Analogia.					
2.5 Irretroatividade da lei penal.					
2.6 Conflito aparente de normas penais.					
3 Ilícitude.					
4 Culpabilidade.					
5 Concurso de Pessoas.					
6 Penas.					
6.1 Espécies de penas.					
6.2 Cominação das penas.					
7 Ação penal.					
8 Punibilidade e causas de extinção.					
9 Prescrição.					
10 Crimes contra a fé pública.					
11 Crimes contra a Administração Pública.					
12 Lei nº 4.898/1965, e suas alterações (abuso de autoridade).					
13 Lei nº 9.613/1998 e suas alterações (Lavagem de dinheiro).					
14 Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.					
15 Crimes e sanções penais na licitação (Lei nº 8.666/1993 e suas alterações).					
16 Crimes de responsabilidade fiscal (Lei nº 10.028/2000).					
17 Súmulas do STF e do STJ.					

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

TÓPICOS	AULA	LEITURA	RESUMO	QUESTÃO	REVISÃO
1 Processo penal brasileiro; processo penal constitucional.					
2 Sistemas e princípios fundamentais.					
3 Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas.					
3.1 Disposições preliminares do Código de Processo Penal.					
4 Fase pré-processual.					
4.1 Inquérito policial.					
5 Processo, procedimento e relação jurídica processual.					
5.1 Elementos identificadores da relação processual.					
5.2 Formas do procedimento.					
5.3 Princípios gerais e informadores do processo.					
5.4 Pretensão punitiva.					
5.5 Tipos de processo penal.					
6 Ação penal.					
7 Ação civil Ex Delicto.					
8 Jurisdição e competência.					
9 Questões e processos incidentes.					
10 Prova.					
11 Sujeitos do Processo.					
12 Prisão, medidas cautelares, e liberdade provisória e prisão temporária (Lei nº 7.960/1989 e suas alterações).					
13 Citações e intimações.					
14 Atos processuais e atos judiciais.					
15 Procedimentos.					
15.1 Processo comum; processos especiais; Lei nº 8.038/1990 – normas procedimentais para os processos perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Supremo Tribunal Federal (STF).					

<b>16 Lei nº 9.099/1995 e suas alterações e Lei nº 10.259/2001 e suas alterações (juizados especiais cíveis e criminais).</b>					
<b>17 Prazos.</b>					
<b>17.1 características, princípios e contagem.</b>					
<b>18 Nulidades.</b>					
<b>19 Recursos em geral.</b>					
<b>20 Habeas corpus e seu processo.</b>					
<b>21 Normas processuais da Lei nº 7.210/1984 e suas alterações (execução penal).</b>					
<b>22 Relações jurisdicionais com autoridade estrangeira.</b>					
<b>23 Disposições gerais do Código de Processo Penal.</b>					
<b>24 Súmulas do STF e do STJ.</b>					